FIOCRUZ

dados

10

radis
REUNIÃO, ANÁLISE E DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE SAÚDE

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ • MANGUINHOS

ANO IV • OUTUBRO • 1986

A MULHER BRASILEIRA

Estatísticas de Saúde

Subordinados aos propósitos do Projeto RADIS, trazemos este número de DADOS com a perspectiva de divulgar as tendências das magnitudes de alguns índices vitais relativos à mulher brasileira, na presente situação de acentuado declínio da fecundidade e substantivo aumento da participação feminina na força de trabalho.

Entendendo a saúde como resultado das formas de organização social da produção, destacaremos, em um primeiro momento, indicadores capazes de refletir, pelo menos em parte, distintos níveis de condições de renda, trabalho, emprego e acesso das mulheres aos serviços de saúde, entre outros. Após essa rápida apreciação dos chamados indicadores sócio-econômicos, discutiremos, em um segundo item, as principais características de mortalidade feminina, recorrendo-se, na maioria das vezes, aos diferenciais por sexo.

Ulteriormente, correlações estatísticas entre os indicadores sócio-econômicos e os indicadores de mortalidade serão estabelecidas de acordo com um procedimento estatístico que se propõe a, de maneira simples e não tanto simplificadora, identificar relações de interdependência entre os dois conjuntos de variáveis.

Célia Landmann Szwarcwald
Euclides Ayres de Castilho

JÁ SAIU! "Brasil: Indicadores de Mortalidade"
CIS - Centro de Informação para a Saúde / FIOCRUZ
• 1986 •

1 Indicadores Sócio-Demográficos

Cotejando-se as observações contidas na Tabela 1, relativas ao Brasil, ano de 1980, verifica-se que a freqüência modal de idade para ambos os sexos diz respeito ora à faixa etária de 15 a 49 anos (Sudeste, Sul e Centro-Oeste), ora à faixa de 15 ou menos anos de idade (Nordeste). A esta distribuição segundo idade, portanto, corresponde uma pirâmide populacional de base larga (população jovem) e simétrica (razão de masculinidade próxima de 1).

As proporções de analfabetismo nos dois sexos são muito próximas em todas as Unidades da Federação. Estas por sua vez, apresentam uma grande amplitude de variação: 15% no Sudeste e 59% no Nordeste (Tabela 2).

No que se refere à mão-de-obra, diferenciais significativos são encontrados entre os dois sexos. Dados do último censo demográfico mostram que a participação feminina na população economicamente ativa (PEA) correspondia a 27% no País, variando, por exemplo, de 32% no Estado do Rio de Janeiro a 17% nas unidades do Norte — Rondônia, Acre, Roraima e Amapá — que apresentaram em conjunto a menor proporção de mulheres na PEA (Tabela 3).

No período de 1976 a 1984, a incorporação da mulher na força de trabalho aumentou substancialmente em todas as regiões, sobretudo nos estados do Sudeste e no Distrito Federal (Tabela 4). O componente feminino na PEA brasileira cresceu de 29% para 33%, neste curto espaço de tempo.

Do confronto das Tabelas 5, 6 e 7, depreende-se que a participação na população economicamente ativa é consideravelmente maior: entre as mulheres separadas maritalmente (57%) e as solteiras (33%) quando comparadas com as casadas (20%); entre as mulheres que vivem em área urbana (31%) em relação às que residem em área rural (17%). Acentua-se a diferença quando se compara os dados do grupo etário de 20 a 24 anos: 21% das mulheres engajadas na PEA na zona rural e 46% na zona urbana. Para aquelas mulheres com mais de 12 anos de instrução, a proporção das que trabalham fora do domicílio alcança mais de 70%.

Os rendimentos mensais das mulheres mostram-se bem inferiores àqueles dos homens. Em todas as unidades da Federação, para o ano de 1980, as proporções de mulheres economicamente ativas que ganharam até um salário mínimo foram constantemente maiores que as observadas para os homens. Para o Brasil como um todo, mais de 50% das mulhes participantes da PEA não tiveram rendimento mensal superior a um salário mínimo (Tabela 8).

Entre aquelas mulhers que exerciam uma ocupação na época do 9º e último censo, suas atividades eram em funções do setor terciário da produção, inclusive nos estados do Norte e Nordeste, onde predomina um grande contingente de população rural (Tabela 9).

O grande número de mulheres desempenhando atividades domésticas remuneradas (20% da PEA feminina brasileira) — como observado na Tabela 10 — contribui para que a fração de trabalhadores percebendo baixos salários seja muito maior para o sexo feminino.

As mulheres de maior escolaridade também sofrem do mesmo desnível de rendimento. Somente 11% das mulheres com mais de 12 anos de instrução recebem mensalmente mais que dez salários mínimos, enquanto que para o sexo masculino o percentual é de 49% (Tabela 11).

A existência de uma proporção substancial de famílias chefiadas por mulheres é observada na totalidade do Brasil, sobretudo nos estados do Nordeste, Rio de Janeiro e Distrito Federal onde também são encontradas as maiores proporções de mulheres separadas e solteiras (Tabela 12). A tendência a elevação do número de mulheres chefes-de-família através do tempo é verificada em todas as regiões, exceto no Norte e Centro-Oeste (Tabela 13).

A situação da mulher chefe-de-família é também menos privilegiada. Em 1980, 61% das famílias chefiadas por mulheres acusaram rendimento médio mensal não superior a um salário mínimo (Tabela 14).

As acentuadas mudanças no padrão reprodutivo da mulher brasileira podem ser constatadas com os dados de fecundidade dispostos na Tabela 15, seja visto o declínio da taxa de fecundidade total de 24% entre os anos de 1970 e 1980.

No que tange a prática de anticoncepção, "causa" imediata da queda da fecundidade, verifica-se no Brasil uma ampla divulgação dos métodos, principalmente a pílula e a esterilização feminina. No Sul, 65% das mulheres casadas e em idade reprodutiva fazem uso de algum método anticoncepcional, sendo que 33% são usuárias de pílula e 14% esterilizadas. A mesma proporção de esterilização foi encontrada para o Nordeste (Tabela 16).

Resultados de investigação recente em população marginalizada de baixa renda, em favelas do Município do Rio de Janeiro, revelaram a prevalência de 35% de uso de pílula e 20% de esterilização feminina, entre as mulheres casadas de 15 a 49 anos de idade. Entre as mulheres que realizaram a laqueadura tubária, 48% o fizeram antes de completarem a idade de 30 anos.[2]

Algumas observações relativas à assistência médica são fornecidas pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1981. A taxa de hospitalização é inferior para o sexo masculino, acentuando-se o diferencial no grupo etário correspondente ao período reprodutivo da mulher. As mulheres mais idosas (de mais de 50 anos de idade) apresentam um coeficiente de 106 hospitalizações para cada 1000 mulheres, enquanto os homens de 95 por 1000.

Entre as mulheres que estiveram grávidas no ano anterior a data da pesquisa (PNAD 81), 71% tiveram atendimento pré-natal. Ressalta-se, no entanto, que este percentual foi de 45% para aquelas que têm rendimento médio mensal até um salário mínimo e em particular, na Região Norte, de apenas 33% (Tabela 17).

Segundo resultados da Pesquisa sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar —BENFAM[1], o INAMPS/FUNRURAL mostrou ser a maior fonte de assistência, pré-natal nos estados incluídos na pesquisa (exceção do Piauí). Na Paraíba, somente 58% das mulheres que receberam cuidados pré-natais, tiveram o primeiro exame antes do 4º mês de gestação (Tabela 18). A título de comparação, lembremos que nos Estados Unidos, para o ano de 1971, 98% das gestantes tiveram assistência pré-natal, sendo que 81% iniciaram o atendimento antes de 4 meses de gravidez.[9]

Examinando a Tabela 19, observamos que no Brasil, no ano de 1981, a proporção de partos hospitalares foi de 80% e de 94% na Região Sudeste, contrastando com 60% no Nordeste.

Entre os partos ocorridos em hospital, 69% foram normais e 31% cesarianos (Tabela 20). Destaca-se que quanto maior a renda familiar maior a proporção de cesáreas. Para as mulheres pertencentes aos estratos abastados, a proporção de partos cirúrgicos ultrapassa a de normais, atingindo o maior percentual na Região Sudeste (62%).

TABELA 1 Distribuição Percentual (%) de indivíduos por faixa etária segundo sexo e unidades da Federação. Brasil. 1980.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SEXO	FAIXA ETÁRIA			
		15 e menos	15–49	50–64	65 e mais
Rondônia, Acre, Roraima e Amapá	M	43,8	47,0	6,7	2,4
	F	46,0	46,6	5,1	2,2
Amazonas	M	45,5	45,1	6,5	2,9
	F	45,2	46,1	5,7	2,9
Pará	M	44,3	45,8	6,5	3,4
	F	45,1	45,0	5,9	3,9
Maranhão	M	45,1	44,5	6,7	3,6
	F	44,4	45,5	6,4	3,7
Piauí	M	44,8	43,5	7,1	4,6
	F	42,8	45,5	7,2	4,5
Ceará	M	42,5	44,2	7,9	5,4
	F	39,4	46,9	8,3	5,3
Rio Grande do Norte	M	42,5	43,9	8,2	5,4
	F	39,6	46,8	8,1	5,5
Paraíba	M	43,1	41,9	8,9	6,2
	F	39,8	44,8	9,2	6,2
Pernambuco	M	42,1	44,3	8,6	5,0
	F	38,8	46,8	9,0	5,5
Alagoas	M	45,4	42,9	7,3	4,4
	F	42,9	45,5	7,0	4,6
Sergipe	M	45,5	42,2	7,2	5,1
	F	42,3	44,7	7,7	5,3
Bahia	M	43,2	44,2	7,7	4,8
	F	41,5	45,5	8,0	5,0
Minas Gerais	M	37,9	49,8	8,3	4,0
	F	36,7	50,3	8,5	4,5
Espírito Santo	M	38,5	49,8	7,5	4,2
	F	38,0	50,3	7,7	4,0
Rio de Janeiro	M	31,4	53,9	10,4	4,3
	F	28,8	54,4	11,2	5,6
São Paulo	M	32,9	54,3	8,8	3,9
	F	32,2	54,1	9,4	4,3
Paraná	M	38,1	50,4	7,9	3,6
	F	38,3	51,0	7,5	3,2
Santa Catarina	M	38,1	50,7	7,8	3,4
	F	37,0	51,2	8,1	3,7
Rio Grande do Sul	M	33,1	53,1	9,5	4,2
	F	30,7	53,5	10,2	5,6
Mato Grosso do Sul	M	38,5	50,7	7,6	3,1
	F	40,3	50,5	6,2	3,0
Mato Grosso	M	40,5	49,5	6,7	3,2
	F	42,5	49,4	5,6	2,5
Goiás	M	41,0	49,0	6,9	3,1
	F	41,6	49,1	6,4	2,8
Distrito Federal	M	39,2	54,0	5,4	1,4
	F	37,0	56,1	5,1	1,8
BRASIL	**M**	**38,0**	**49,5**	**8,3**	**4,1**
	F	**36,7**	**50,3**	**8,5**	**4,5**

FONTE: FIBGE, Tabulações Avançadas do Censo Demográfico, Brasil, 1980.

TABELA 2 Percentual (%) de indivíduos analfabetos* segundo sexo e unidades da Federação. Brasil. 1980.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SEXO		RAZÃO (A/B)
	MASCULINO (A)	FEMININO (B)	
Rondônia, Acre, Roraima e Amapá	39,1	40,3	1,0
Amazonas	41,0	41,3	1,0
Pará	35,7	36,4	1,0
Maranhão	58,5	56,2	1,0
Piauí	58,6	55,4	1,1
Ceará	54,5	47,4	1,1
Rio Grande do Norte	53,6	44,3	1,2
Paraíba	57,8	48,7	1,2
Pernambuco	48,8	47,2	1,0
Alagoas	59,5	58,5	1,0
Sergipe	55,6	52,0	1,1
Bahia	49,1	50,1	1,0
Minas Gerais	29,5	30,9	1,0
Espírito Santo	26,6	29,7	0,9
Rio de Janeiro	14,7	16,6	0,9
São Paulo	14,9	19,5	0,8
Paraná	22,4	27,8	0,8
Santa Catarina	17,3	18,1	1,0
Rio Grande do Sul	15,4	16,5	0,9
Mato Grosso do Sul	26,5	29,3	0,9
Mato Grosso	34,7	35,8	1,0
Goiás	36,0	36,3	1,0
Distrito Federal	15,8	16,5	1,0
BRASIL	**30,2**	**31,5**	**1,0**

FONTE: FIBGE, Tabulações Avançadas do Censo Demográfico, 1980.
* Incluindo aqueles com menos de 1 ano de instrução.

TABELA 3 Percentual (%) de indivíduos (10 anos ou mais) economicamente ativos segundo sexo e unidade da Federação. Brasil. 1980.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	SEXO		PROPORÇÃO DE MULHERES NA PEA*
	MASCULINO	FEMININO	
Rondônia, Acre, Roraima e Amapá	78,5	17,8	17,0
Amazonas	72,6	23,7	24,2
Pará	70,5	18,0	19,8
Maranhão	74,4	25,5	26,1
Piauí	73,0	20,9	23,3
Ceará	69,2	22,6	26,2
Rio Grande do Norte	67,7	20,6	25,0
Paraíba	70,3	21,0	25,0
Pernambuco	70,3	25,3	28,5
Alagoas	69,7	24,5	27,0
Sergipe	67,3	23,9	27,9
Bahia	72,8	24,8	26,4
Minas Gerais	72,4	23,2	24,6
Espírito Santo	72,6	22,2	23,2
Rio de Janeiro	68,9	30,3	32,2
São Paulo	75,8	32,8	30,4
Paraná	77,2	25,0	24,1
Santa Catarina	73,3	26,6	26,7
Rio Grande do Sul	74,2	33,1	31,8
Mato Grosso do Sul	78,6	22,6	21,1
Mato Grosso	76,5	17,7	17,3
Goiás	73,2	20,9	21,5
Distrito Federal	72,9	37,2	35,4
BRASIL	**73,1**	**26,9**	**27,5**

FONTE: FIBGE, tabulações Avançadas do Censo Demográfico, 1980.
* PEA = População economicamente ativa.

TABELA 4

Percentual (%) de mulheres na população economicamente ativa segundo região. Brasil. 1976 a 1984.

REGIÃO	ANO								
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Rio de Janeiro	29,5	32,0	33,3	32,7	31,9	34,0	35,6	36,1	36,6
São Paulo	29,2	31,7	32,4	31,6	30,4	32,3	33,1	33,5	34,8
Sul	30,9	33,9	34,0	33,5	27,7	33,5	34,0	34,1	33,8
Minas Gerais e Espírito Santo	24,9	28,7	29,0	28,4	25,1	29,0	29,8	30,7	30,6
Nordeste	28,2	33,3	32,5	31,3	25,9	29,9	31,3	32,9	32,3
Distrito Federal	32,5	36,3	36,8	36,3	35,9	37,2	38,7	38,3	39,7
Norte e Centro-Oeste	29,7	32,3	34,7	32,6	21,1	27,0	28,0	28,1	28,1
BRASIL	**28,8**	**31,3**	**31,4**	**31,7**	**27,4**	**31,3**	**32,3**	**33,0**	**33,1**

FONTE: FIBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1976 a 1979 e 1981 a 1984, excluindo a área rural da região norte.
FIBGE, Censo Demográfico, Brasil, 1980.

TABELA 5

Percentual (%) de indivíduos (10 anos ou mais) economicamente ativos segundo estado conjugal e sexo. Brasil. 1980.

ESTADO CONJUGAL	SEXO	
	MASCULINO	FEMININO
Solteiro	56,7	33,2
Casado	89,0	20,2
Separado, desquitado ou divorciado	79,1	56,7
Viúvo	43,8	18,6
TOTAL	**72,4**	**26,6**

FONTE: FIBGE, Censo Demográfico, Brasil. 1980.

TABELA 6

Percentual (%) de indivíduos (10 anos ou mais) economicamente ativos segundo sexo, idade e situação do domicílio. Brasil. 1980.

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	FAIXA ETÁRIA	SEXO	
		MASCULINO	FEMININO
URBANO	10–14	11,9	7,6
	15–19	59,1	35,1
	20–24	88,7	45,9
	25–29	95,7	42,0
	30–39	96,1	39,7
	40–49	91,6	34,3
	50–59	77,3	23,0
	60–69	48,9	10,0
	70 e mais	15,9	2,5
	Todas	70,0	30,5
RURAL	10–14	34,3	10,5
	15–19	76,0	22,3
	20–24	93,1	20,6
	25–29	97,0	18,6
	30–39	97,6	19,4
	40–49	96,6	19,1
	50–59	93,1	16,9
	60–69	73,5	11,1
	70 e mais	32,7	3,8
	Todas	77,5	17,1

FONTE: FIBGE, Censo Demográfico, Brasil, 1980.

TABELA 7

Percentual (%) de indivíduos (10 anos ou mais) economicamente ativos segundo anos de instrução e sexo. Brasil. 1980.

ANOS DE INSTRUÇÃO	SEXO	
	MASCULINO	FEMININO
Sem instrução ou menos de 1 ano	72,4	17,8
1–4	71,3	23,2
5–8	68,9	30,0
9–11	79,7	50,8
12–16	86,0	70,8
17 e mais	93,3	80,9
TOTAL	**72,4**	**26,6**

FONTE: FIBGE, Censo Demográfico, Brasil, 1980.

TABELA 8

Percentual (%) de indivíduos (10 ou mais) economicamente ativos com rendimento médio mensal até um salário mínimo segundo sexo e unidades da Federação. Brasil. 1980.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	SEXO		RAZÃO (B/A)
	MASCULINO (A)	FEMININO (B)	
Rondônia, Acre, Roraima e Amapá	37,0	51,7	1,4
Amazonas	30,7	47,0	1,5
Pará	34,3	69,1	2,0
Maranhão	66,1	88,8	1,3
Piauí	76,0	81,7	1,1
Ceará	66,4	78,0	1,2
Rio Grande do Norte	63,6	76,0	1,2
Paraíba	69,2	79,7	1,2
Pernambuco	57,8	72,4	1,3
Alagoas	65,0	82,4	1,3
Sergipe	55,6	76,5	1,4
Bahia	52,6	72,8	1,4
Minas Gerais	36,4	57,8	1,6
Espírito Santo	36,1	60,2	1,7
Rio de Janeiro	14,5	32,0	2,2
São Paulo	14,0	29,2	2,1
Paraná	36,7	59,1	1,6
Santa Catarina	25,5	46,2	1,8
Rio Grande do Sul	25,8	42,3	1,6
Mato Grosso do Sul	32,4	60,7	1,9
Mato Grosso	33,8	57,5	1,7
Goiás	36,8	64,5	1,8
Distrito Federal	12,3	33,1	2,7
BRASIL	**34,3**	**51,1**	**1,5**

FONTE: FIBGE, Tabulações Avançadas do Censo Demográfico, 1980.

TABELA 9

Percentual (%) de indivíduos que vivem em área urbana e percentual (%) de indivíduos (10 anos ou mais) economicamente ativos segundo setor da produção, sexo e unidades da Federação. Brasil. 1980.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	SEXO	PERCENTUAL DE INDIVÍDUOS QUE VIVEM EM ÁREA URBANA	SETOR DA PRODUÇÃO			
			PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	
					PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	OUTROS
Rondônia, Acre, Roraima e Amapá	M	47,4	55,2	14,2	6,0	24,6
	F	51,3	9,2	3,6	29,1	58,0
Amazonas	M	58,2	49,1	19,9	7,4	23,6
	F	61,7	19,2	18,7	19,3	42,9
Pará	M	46,8	47,3	20,9	7,5	24,3
	F	51,0	22,6	7,0	21,6	48,7
Maranhão	M	30,2	72,7	10,5	3,6	13,2
	F	32,7	59,9	3,0	17,0	20,1
Piauí	M	40,3	69,2	11,9	4,6	14,2
	F	43,6	28,1	8,6	28,4	34,8
Ceará	M	51,4	55,1	17,0	6,2	21,6
	F	54,8	9,7	21,3	35,9	33,1
Rio Grande do Norte	M	57,0	47,1	22,2	6,7	23,9
	F	60,5	11,4	13,7	31,5	43,3
Paraíba	M	50,9	55,8	15,5	5,1	23,5
	F	53,9	24,9	8,2	24,8	42,1
Pernambuco	M	60,4	45,0	20,5	8,0	26,4
	F	62,6	30,2	8,3	27,4	34,0
Alagoas	M	47,8	58,6	17,5	5,1	18,7
	F	50,6	38,4	9,7	21,1	30,7
Sergipe	M	52,7	48,7	21,6	6,1	23,7
	F	55,2	28,1	6,9	27,4	37,5
Bahia	M	47,9	55,1	17,7	7,0	20,2
	F	50,5	32,6	5,1	28,5	33,7
Minas Gerais	M	65,6	41,0	27,1	8,1	23,8
	F	68,5	9,1	9,2	41,6	40,1
Espírito Santo	M	62,4	39,6	27,7	9,0	23,7
	F	65,2	13,3	9,0	37,4	40,3
Rio de Janeiro	M	91,3	6,0	33,8	17,5	42,7
	F	92,3	0,5	13,3	40,3	46,0
São Paulo	M	88,0	15,2	43,4	12,6	28,8
	F	89,3	6,3	25,8	32,5	35,4
Paraná	M	57,2	46,7	21,5	8,8	23,0
	F	60,1	24,2	7,0	32,6	36,2
Santa Catarina	M	58,2	37,1	33,2	7,7	22,0
	F	60,5	16,4	24,3	23,9	35,3
Rio Grande do Sul	M	65,9	33,8	29,0	9,5	27,6
	F	70,6	15,3	17,7	27,9	39,0
Mato Grosso do Sul	M	64,9	42,9	20,6	9,7	26,8
	F	69,2	7,0	3,7	47,5	41,8
Mato Grosso	M	55,5	48,0	19,9	8,5	23,7
	F	59,7	6,5	2,6	40,3	50,6
Goiás	M	60,3	47,9	19,7	9,6	22,8
	F	64,1	3,1	4,7	50,6	41,6
Distrito Federal	M	96,5	3,3	25,2	18,5	53,0
	F	97,0	0,8	3,5	44,2	51,5
BRASIL	**M**	**66,3**	**35,8**	**28,0**	**9,8**	**26,4**
	F	**68,8**	**14,4**	**14,9**	**33,0**	**37,7**

FONTE: FIBGE, Censo Demográfico, Brasil, 1980.

TABELA 10 Percentual (%) de indivíduos economicamente ativos de 10 anos ou mais segundo sexo e subgrupos ocupacionais. Brasil. 1980.

OCUPAÇÕES	SEXO	
	MASCULINO	FEMININO
Administrativas	10,7	14,6
Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas	3,8	13,4
Da Agropecuária e Produção Extrativa vegetal e animal	33,5	13,3
Da Produção Extrativa Mineral	0,4	0,0
Das Indústrias da Transformação e Construção Civil	23,0	12,7
Do Comércio e Atividades Auxiliares	7,5	7,8
De Transportes e Comunicações	5,8	0,8
Da Prestação de Serviços	4,8	30,4
Domésticas Remuneradas	0,3	20,0
Da Defesa Nacional e Segurança Pública	2,0	0,1
Outras	6,5	4,0
Procurando Trabalho	2,0	2,9

FONTE: Censo Demográfico, Brasil, 1980.

TABELA 11 Percentual (%) de indivíduos de 10 anos ou mais com rendimento segundo nível do rendimento médio mensal, anos de instrução e sexo. Brasil. 1980.

ANOS DE INSTRUÇÃO	SEXO	NÍVEL DE RENDIMENTO (Salário mínimo)		
		1 e menos	1–10	mais de 10
Sem instrução e menos de 1 ano	M	45,8	54,4	0,4
	F	84,9	15,0	0,1
1–4	M	27,3	70,1	2,6
	F	59,2	40,3	0,5
5–8	M	20,2	74,7	5,1
	F	42,9	55,8	1,3
9–11	M	8,7	78,2	13,1
	F	20,5	76,8	2,7
12 e mais	M	2,1	49,0	48,9
	F	5,7	82,9	11,4
TOTAL	**M**	**32,2**	**62,3**	5,5
	F	**53,1**	**45,2**	**1,7**

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico. Brasil. 1980.

TABELA 12 Distribuição de mulheres segundo estado conjugal e percentual de famílias cujo chefe é do sexo feminino por unidade da Federação. Brasil. 1980.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTADO CONJUGAL				PERCENTUAL DE FAMÍLIAS CUJO CHEFE É MULHER
	SOLTEIRAS	CASADAS	SEPARADAS	VIÚVAS	
Rondônia, Acre, Roraima e Amapá	22,7	66,5	3,3	5,7	11,6
Amazonas	28,2	59,8	3,2	7,2	14,8
Pará	29,9	58,8	3,0	7,0	14,4
Maranhão	26,1	60,3	4,6	7,2	16,5
Piauí	31,2	55,9	3,6	7,6	16,7
Ceará	34,7	53,1	3,7	7,1	17,1
Rio Grande do Norte	32,6	54,2	4,6	7,3	16,5
Paraíba	32,8	52,7	3,9	8,7	18,6
Pernambuco	32,7	51,7	4,7	9,7	20,3
Alagoas	27,7	56,8	4,6	9,1	17,7
Sergipe	31,4	53,1	4,5	8,8	21,9
Bahia	31,2	54,2	4,2	8,2	18,3
Minas Gerais	33,1	54,8	2,2	9,1	16,4
Espírito Santo	28,0	60,6	2,6	7,6	12,9
Rio de Janeiro	31,5	53,4	5,0	9,8	19,9
São Paulo	28,8	59,0	3,6	8,0	14,3
Paraná	27,9	62,2	2,4	6,9	10,8
Santa Catarina	28,3	62,1	2,0	6,9	10,9
Rio Grande do Sul	29,8	57,8	2,7	8,9	16,1
Mato Grosso do Sul	25,6	64,0	3,5	6,1	10,7
Mato Grosso	24,5	65,8	2,7	5,4	10,7
Goiás	29,1	59,1	3,8	7,3	14,7
Distrito Federal	35,8	52,3	5,1	5,5	18,1
BRASIL	**30,2**	**57,0**	**3,6**	**8,2**	**16,0**

FONTE: FIBGE, Censo Demográfico, Brasil, 1980.

TABELA 13

Percentual (%) de famílias chefiadas por mulheres segundo região. Brasil. 1976 a 1984.

REGIÃO	ANO								
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Rio de Janeiro	16,8	17,8	17,6	19,0	19,5	20,5	20,4	20,8	22,3
São Paulo	14,1	13,4	13,9	14,9	14,2	15,4	15,4	15,9	17,9
Sul	14,7	11,6	11,9	12,2	12,6	13,6	13,1	13,8	14,9
Minas Gerais e Espírito Santo	18,6	16,1	16,3	16,6	16,1	16,8	16,8	18,0	19,1
Nordeste	22,7	17,6	18,2	18,8	17,5	18,5	18,4	19,2	19,6
Distrito Federal	15,1	16,6	15,6	16,5	18,2	19,3	18,9	20,3	23,3
Norte e Centro-Oeste	19,1	19,1	19,0	20,3	13,7	17,4	16,1	16,4	17,7
BRASIL	**15,1**	**15,4**	**15,7**	**16,4**	**15,6**	**16,9**	**16,7**	**17,4**	**18,4**

FONTE: FIBGE, Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios, 1976 a 1979, 1981 a 1984 (exclusive a área rural da região Norte.
FIBGE, Censo Demográfico, Brasil, 1980.

TABELA 14

Percentual (%) de famílias segundo sexo do chefe e rendimento médio mensal. Brasil. 1980.

RENDIMENTO MÉDIO MENSAL (Salário mínimo)	SEXO DO CHEFE DA FAMÍLIA	
	MASCULINO	FEMININO
Sem rendimento	1,6	16,0
1/2 ou menos	7,7	23,0
1/2 —| 1	17,7	21,9
1 —| 2	27,0	18,3
2 —| 3	14,6	6,7
3 —| 5	13,9	5,8
5 —| 10	9,8	4,5
10 —| 20	4,8	1,8
Mais de 20	2,6	0,5

FONTE: FIBGE, Censo Demográfico, Brasil, 1980.

TABELA 15

Taxas de fecundidade total segundo regiões e unidades da Federação. Brasil. 1970 e 1980.

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TAXAS DE FECUNDIDADE TOTAL		DECLÍNIO RELATIVO (%)
	1970	1980	
REGIÃO NORTE	8,15	6,45	20,9
Amazonas	8,55	6,75	21,1
Pará	7,72	6,31	18,3
REGIÃO NORDESTE	7,53	6,13	18,6
Maranhão	7,26	6,93	4,5
Piauí	7,84	6,54	16,6
Ceará	7,74	6,05	21,8
Rio Grande do Norte	8,44	5,67	32,8
Paraíba	7,74	6,19	20,0
Pernambuco	7,03	5,40	23,2
Alagoas	7,58	6,67	12,0
Sergipe	7,87	6,03	23,4
Bahia	7,48	6,23	16,7
REGIÃO SUDESTE	4,56	3,45	24,3
Minas Gerais	6,17	4,31	30,1
Espírito Santo	6,44	4,28	33,5
Rio de Janeiro	3,80	2,94	22,6
São Paulo	3,94	3,24	17,8
REGIÃO SUL	5,42	3,63	33,0
Paraná	6,40	4,12	35,6
Santa Catarina	6,10	3,82	37,4
Rio Grande do Sul	4,29	3,11	27,5
REGIÃO CENTRO-OESTE	6,42	4,51	29,8
Mato Grosso do Sul	6,75	4,39	—
Mato Grosso		5,11	
Goiás	6,46	4,73	26,8
Distrito Federal	5,56	3,62	34,9
BRASIL	**5,76**	**4,35**	**24,5**

FONTE: Mendes,M.M.S. et al – Avaliação dos Níveis e Tendências da Fecundidade Através de Modelos de Mensuração Indireta — Anais Quarto Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 1984.

TABELA 16

Prevalência de uso de anticoncepcional em mulheres casadas de **15-44 anos** segundo método e região de residência. Brasil. 1978 a 1981.

REGIÃO OU ESTADO E ANO	MÉTODOS			
	PÍLULA	ESTERILIZAÇÃO	OUTROS	NENHUM
Piauí – 1979	10,0	15,4	5,5	69,1
Teresina	11,7	28,2	5,0	55,1
Interior	9,8	13,5	5,5	71,2
Rio G. do Norte – 1980	17,9	17,4	11,7	53,0
Urbano	20,7	23,6	10,7	45,0
Rural	13,7	8,3	13,0	65,0
Pernambuco – 1980	12,5	18,9	10,0	58,6
Grande Recife	12,4	29,3	9,8	48,5
Interior	12,3	12,6	10,1	65,0
Paraíba – 1980	14,3	15,7	13,2	56,8
Urbano	15,6	19,4	12,0	50,4
Rural	13,1	8,7	14,7	63,5
Bahia – 1980	11,7	9,6	9,8	68,9
Grande Salvador	18,4	11,4	18,0	52,2
Outras áreas urbanas	12,5	13,0	10,2	64,3
Rural	8,3	6,1	6,2	79,4
R. Nordeste – 1980	12,9	14,0	10,4	62,7
Rio G. do Sul – 1981	39,9	11,0	19,9	29,2
Paraná – 1981	27,1	19,1	15,0	38,8
Santa Catarina – 1981	32,9	10,2	20,3	36,6
R. Sul – 1981	33,5	14,1	18,0	34,4
São Paulo – 1978	25,0	16,9	20,1	38,0
Grande São Paulo	26,6	14,7	18,1	40,6
Outras áreas urbanas	24,4	18,8	22,0	34,8
Interior	23,9	14,5	17,8	43,8

FONTE: Thomé, A. M. T, Rodrigues, W. et al – Prática contraceptiva atual em alguns estados brasileiros – Anais Terceiro Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 1983.

TABELA 17

Percentual (%) **de mul**heres que tiveram atendimento pré-natal entre aquelas que estiveram grávidas no ano anterior segundo classe de rendimento mensal familiar e região. Brasil. 1981.

RENDIMENTO MENSAL (Salário mínimo)	REGIÃO					BRASIL
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	
1 e menos	33,4	37,6	57,0	65,7	50,9	45,5
1 ⊣ 2	78,3	51,3	74,1	72,0	62,2	63,6
2 ⊣ 3	81,6	60,8	82,8	83,1	74,6	76,0
3 ⊣ 5	79,9	69,6	88,3	84,0	80,8	83,3
5 ⊣ 10	89,6	89,5	90,4	89,5	87,9	89,9
Mais de 10	90,5	89,5	94,5	91,7	92,9	93,3
Sem rendimento*	78,0	63,3	79,0	73,1	73,8	73,7
TOTAL	**80,8**	**52,9**	**81,9**	**79,1**	**71,5**	**70,9**

FONTE: FIBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Brasil e Grandes Regiões, 1981.

* Inclusive as famílias cujos componentes receberam somente em benefícios.

1 Indicadores Sócio-Demográficos

Cotejando-se as observações contidas na Tabela 1, relativas ao Brasil, ano de 1980, verifica-se que a freqüência modal de idade para ambos os sexos diz respeito ora à faixa etária de 15 a 49 anos (Sudeste, Sul e Centro-Oeste), ora à faixa de 15 ou menos anos de idade (Nordeste). A esta distribuição segundo idade, portanto, corresponde uma pirâmide populacional de base larga (população jovem) e simétrica (razão de masculinidade próxima de 1).

As proporções de analfabetismo nos dois sexos são muito próximas em todas as Unidades da Federação. Estas por sua vez, apresentam uma grande amplitude de variação: 15% no Sudeste e 59% no Nordeste (Tabela 2).

No que se refere à mão-de-obra, diferenciais significativos são encontrados entre os dois sexos. Dados do último censo demográfico mostram que a participação feminina na população economicamente ativa (PEA) correspondia a 27% no País, variando, por exemplo, de 32% no Estado do Rio de Janeiro a 17% nas unidades do Norte — Rondônia, Acre, Roraima e Amapá — que apresentaram em conjunto a menor proporção de mulheres na PEA (Tabela 3).

No período de 1976 a 1984, a incorporação da mulher na força de trabalho aumentou substancialmente em todas as regiões, sobretudo nos estados do Sudeste e no Distrito Federal (Tabela 4). O componente feminino na PEA brasileira cresceu de 29% para 33%, neste curto espaço de tempo.

Do confronto das Tabelas 5, 6 e 7, depreende-se que a participação na população economicamente ativa é consideravelmente maior: entre as mulheres separadas maritalmente (57%) e as solteiras (33%) quando comparadas com as casadas (20%); entre as mulheres que vivem em área urbana (31%) em relação às que residem em área rural (17%). Acentua-se a diferença quando se compara os dados do grupo etário de 20 a 24 anos: 21% das mulheres engajadas na PEA na zona rural e 46% na zona urbana. Para aquelas mulheres com mais de 12 anos de instrução, a proporção das que trabalham fora do domicílio alcança mais de 70%.

Os rendimentos mensais das mulheres mostram-se bem inferiores àqueles dos homens. Em todas as unidades da Federação, para o ano de 1980, as proporções de mulheres economicamente ativas que ganharam até um salário mínimo foram constantemente maiores que as observadas para os homens. Para o Brasil como um todo, mais de 50% das mulhes participantes da PEA não tiveram rendimento mensal superior a um salário mínimo (Tabela 8).

Entre aquelas mulhers que exerciam uma ocupação na época do 9º e último censo, suas atividades eram em funções do setor terciário da produção, inclusive nos estados do Norte e Nordeste, onde predomina um grande contingente de população rural (Tabela 9).

O grande número de mulheres desempenhando atividades domésticas remuneradas (20% da PEA feminina brasileira) — como observado na Tabela 10 — contribui para que a fração de trabalhadores percebendo baixos salários seja muito maior para o sexo feminino.

As mulheres de maior escolaridade também sofrem do mesmo desnível de rendimento. Somente 11% das mulheres com mais de 12 anos de instrução recebem mensalmente mais que dez salários mínimos, enquanto que para o sexo masculino o percentual é de 49% (Tabela 11).

A existência de uma proporção substancial de famílias chefiadas por mulheres é observada na totalidade do Brasil, sobretudo nos estados do Nordeste, Rio de Janeiro e Distrito Federal onde também são encontradas as maiores proporções de mulheres separadas e solteiras (Tabela 12). A tendência a elevação do número de mulheres chefes-de-família através do tempo é verificada em todas as regiões, exceto no Norte e Centro-Oeste (Tabela 13).

A situação da mulher chefe-de-família é também menos privilegiada. Em 1980, 61% das famílias chefiadas por mulheres acusaram rendimento médio mensal não superior a um salário mínimo (Tabela 14).

As acentuadas mudanças no padrão reprodutivo da mulher brasileira podem ser constatadas com os dados de fecundidade dispostos na Tabela 15, seja visto o declínio da taxa de fecundidade total de 24% entre os anos de 1970 e 1980.

No que tange a prática de anticoncepção, "causa" imediata da queda da fecundidade, verifica-se no Brasil uma ampla divulgação dos métodos, principalmente a pílula e a esterilização feminina. No Sul, 65% das mulheres casadas e em idade reprodutiva fazem uso de algum método anticoncepcional, sendo que 33% são usuárias de pílula e 14% esterilizadas. A mesma proporção de esterilização foi encontrada para o Nordeste (Tabela 16).

Resultados de investigação recente em população marginalizada de baixa renda, em favelas do Município do Rio de Janeiro, revelaram a prevalência de 35% de uso de pílula e 20% de esterilização feminina, entre as mulheres casadas de 15 a 49 anos de idade. Entre as mulheres que realizaram a laqueadura tubária, 48% o fizeram antes de completarem a idade de 30 anos.[2]

Algumas observações relativas à assistência médica são fornecidas pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1981. A taxa de hospitalização é inferior para o sexo masculino, acentuando-se o diferencial no grupo etário correspondente ao período reprodutivo da mulher. As mulheres mais idosas (de mais de 50 anos de idade) apresentam um coeficiente de 106 hospitalizações para cada 1000 mulheres, enquanto os homens de 95 por 1000.

Entre as mulheres que estiveram grávidas no ano anterior a data da pesquisa (PNAD 81), 71% tiveram atendimento pré-natal. Ressalta-se, no entanto, que este percentual foi de 45% para aquelas que têm rendimento médio mensal até um salário mínimo e em particular, na Região Norte, de apenas 33% (Tabela 17).

Segundo resultados da Pesquisa sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar —BENFAM[1], o INAMPS/FUNRURAL mostrou ser a maior fonte de assistência, pré-natal nos estados incluídos na pesquisa (exceção do Piauí). Na Paraíba, somente 58% das mulheres que receberam cuidados pré-natais, tiveram o primeiro exame antes do 4º mês de gestação (Tabela 18). A título de comparação, lembremos que nos Estados Unidos, para o ano de 1971, 98% das gestantes tiveram assistência pré-natal, sendo que 81% iniciaram o atendimento antes de 4 meses de gravidez.[9]

Examinando a Tabela 19, observamos que no Brasil, no ano de 1981, a proporção de partos hospitalares foi de 80% e de 94% na Região Sudeste, contrastando com 60% no Nordeste.

Entre os partos ocorridos em hospital, 69% foram normais e 31% cesarianos (Tabela 20). Destaca-se que quanto maior a renda familiar maior a proporção de cesáreas. Para as mulheres pertencentes aos estratos abastados, a proporção de partos cirúrgicos ultrapassa a de normais, atingindo o maior percentual na Região Sudeste (62%).

2 Indicadores de Mortalidade

As estatísticas de mortalidade do Brasil, para o ano de 1980, revelam que as principais causas de óbito para as mulheres jovens (20 a 29 anos) são as causas externas e as doenças do aparelho circulatório, (Tabela 25). Estas ocupam o primeiro lugar como fator de mortalidade, seguidas dos neoplasmas entre as mulheres com mais de 30 anos de idade.

Exemplifica-se a tendência recente do padrão de mortalidade em indivíduos adultos (15 anos e mais) segundo causas e sexo com os dados do Estado do Rio de Janeiro em 1970 e 1980, dispostos na Tabela 26. Verifica-se uma diminuição acentuada das doenças infecciosas e parasitárias como causa de óbito em ambos os sexos, certamente devido ao declínio da mortalidade por tuberculose. As taxas correspondentes a neopasmas aumentaram tanto para os homens como para as mulheres, conservando-se constante o índice de sobremortalidade masculina igual a 1,2. As doenças do aparelho circulatório como causa básica de morte apresentaram aumento maior no sexo feminino (17%) do que no masculino (4%).

Por outro lado, tendo aumentado em 45% a mortalidade masculina por causas externas e tendo as complicações da gravidez, parto e ouerpério decrescido em 29%, acentuou-se no Estado do Rio de Janeiro a sobremortalidade masculina em adultos neste período.

A evolução das taxas de mortalidade no Estado de São Paulo teve comportamento semelhante[7], como apresentado no gráfico 1.

A diminuição dos óbitos por complicações da gravidez, parto e puerpério merece ser destacada. Pelos dados da Tabela 27, verifica-se um declínio dos coeficientes de mortalidade na maioria das unidades da Federação, no período de 1979 a 1982, correspondendo ao Brasil como um todo um decréscimo relativo de 20%.

Para o ano de 1980, a mortalidade materna (número de mortes por complicações de gravidez, parto e puerpério para cada 10.000 nascidos vivos) no Brasil foi calculada em 7,0 óbitos por 10000 nascidos vivos, cerca de dez vezes maior que aquela encontrada na Austrália, Escócia e Suécia e cinco vezes maior que a dos Estados Unidos. Dado o subregistro de óbitos maternos, estima-se que a mortalidade materna no País encontra-se ao redor de 15 por 10.000 nascidos vivos. Este coeficiente aumenta gradativamente por faixa etária, mostrando-se maior nas mulheres de 40 a 49 anos. Os estados hipertensivos, as hemorragias, as infecções puerperais e o aborto foram as quatro primeiras condições básicas de morte[10].

Uma análise da mortalidade por câncer pode ser feita por meio dos dados contidos nas Tabelas 28 e 29. Depreende-se que a localização principal das neoplasias é o estômago para os homens e a mama para o sexo feminino. Para a faixa de 30 a 49 anos, a taxa de mortalidade por câncer na mama ultrapassa a de pulmão para os homens de mesma idade, resultando na sobremortalidade feminina por neoplasmas neste grupo etário. As mulheres com mais de 65 anos de idade têm o estômago como situs principal de neoplasia.

Como terceira causa básica de morte entre os neoplasmas encontram-se, com coeficientes semelhantes, câncer de colo uterino ou cervical e câncer de outras localizações e as não especificadas do útero. Dado que 72,5% dos óbitos classificados como devidos a tumor do útero correspondem, na realidade, a neoplasia cervical[8], estima-se que a taxa de mortalidade por neoplasmas do colo uterino encontra-se ao redor de 5 por 100.000 mulheres, constituindo-se assim na primeira causa de morte por câncer na população feminina brasileira.

Diferenciais importantes entre os sexos são encontrados também para as doenças cardio-vasculares (Tabela 30). Na população feminina a doença cerebro-vascular é a principal doença do aparelho circulatório como causa de óbito. Entre os homens destacam-se também as doenças isquêmicas do coração, principalmente o infarto agudo do miocárdio com um índice de sobremortalidade masculina de 1,8, atingindo a magnitude de 2,9 na faixa etária de 40 a 49 anos. A sobremortalidade feminina é encontrada para febre reumática/ doença reumática do coração e para a doença hipertensiva.

TABELA 19

Percentual (%) de mulheres que tiveram filhos no ano anterior segundo local do parto, pessoa que atendeu quando parto não hospitalar e região. Brasil. 1981.

REGIÃO	PARTO HOSPITALAR	PARTO NÃO HOSPITALAR				
		MÉDICO	ENFERMEIRA	PARTEIRA	OUTRA	SEM DECLARAÇÃO
Norte	76,7	–	0,9	20,8	1,1	0,5
Nordeste	59,8	0,2	1,3	34,5	4,0	0,2
Sudeste	93,9	0,1	0,1	4,8	1,1	0,0
Sul	88,8	0,0	0,0	8,9	2,2	0,0
Centro-Oeste	82,1	–	0,5	14,7	2,4	0,3
BRASIL	**79,7**	**0,1**	**0,6**	**17,1**	**2,4**	**0,1**

FONTE: FIBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Brasil e Grandes Regiões, 1981.

TABELA 20

Percentual (%) de mulheres que tiveram filhos em hospital segundo tipo do parto, classe de rendimento mensal familiar e região. Brasil. 1981.

RENDIMENTO FAMILIAR (Salários mínimos)	REGIÃO										BRASIL	
	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE			
	N*	C**	N	C	N	C	N	C	N	C	N	C
1 e menos	73,3	26,7	87,2	12,3	79,3	20,7	78,4	21,6	78,1	22,0	83,0	16,7
1–|2	78,8	21,2	85,5	14,2	72,6	27,3	76,7	23,3	71,2	28,5	67,7	22,2
2–|3	73,1	26,1	76,8	22,9	69,2	30,8	77,2	22,8	64,6	34,9	72,2	27,6
3–|5	76,2	23,8	72,4	27,3	57,7	41,9	73,5	26,4	57,5	42,5	63,4	36,3
5–|10	51,4	48,6	62,0	38,0	50,8	48,9	59,3	40,7	49,6	50,4	54,0	34,2
Mais de 10	56,8	43,2	46,0	54,0	38,5	61,5	56,2	43,8	39,8	60,2	42,4	56,6
Sem rendimento	87,9	12,1	84,9	14,0	75,1	24,9	82,4	17,6	61,5	38,5	78,2	21,5
TOTAL	**71,5**	**28,4**	**79,6**	**20,0**	**62,3**	**37,6**	**72,9**	**27,0**	**62,4**	**37,4**	**68,9**	**30,9**

FONTE: FIBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Brasil e Grandes Regiões, 1981.

* N = Parto Normal; C** = Parto Cesariano.

TABELA 21

Esperança de vida ao nascer por sexo e região. Brasil. 1980.

REGIÃO	SEXO	
	MASCULINO	FEMININO
Norte	60,4	67,1
Nordeste	48,2	54,0
Centro-Oeste	60,6	67,4
Sudeste	61,9	68,8
Sul	63,8	70,9
BRASIL	57,0	63,4

FONTE: FIBGE, Indicadores Sociais — Tabelas Selecionadas, Vol. 2, 1984.

TABELA 22

Taxas de mortalidade (por 100 000 habitantes) segundo sexo e idade e índice de sobremortalidade masculina (ISM) em países selecionados e no Estado do Rio de Janeiro em anos recentes.

LOCAL E ANO	SEXO E ISM*	IDADE (anos)							TODAS AS IDADES
		15–24	25–34	35–44	45–54	55–64	65–74	75 e +	
Checoslováquia — 1982	M	102,5	160,4	345,4	974,6	2353,5	5794,5	14277,3	1258,9
	F	37,6	58,5	140,4	411,0	1036,9	3279,9	11011,5	1102,7
	ISM	2,7	2,7	2,5	2,4	2,3	1,8	1,3	1,1
Alemanha — 1983	M	118,2	127,5	262,2	666,8	1654,8	4564,9	12194,3	1170,8
	F	44,8	58,4	138,6	321,4	795,6	2330,9	9010,8	1168,3
	ISM	2,6	2,2	1,9	2,1	2,1	2,0	1,4	1,0
Polônia — 1983	M	138,9	218,4	416,4	1020,6	2195,1	5081,2	12503,9	1042,0
	F	43,5	68,8	158,8	411,7	976,1	2772,2	9581,4	873,0
	ISM	3,2	3,2	2,7	2,5	2,2	1,8	1,3	1,2
Japão — 1983	M	78,4	96,8	188,5	520,7	1093,5	3013,1	9917,2	682,5
	F	31,2	52,4	101,4	243,9	556,4	1642,8	7431,9	558,2
	ISM	2,5	1,8	1,9	2,1	2,0	1,8	1,3	1,2
Estados Unidos — 1982	M	149,5	181,0	272,9	721,0	1737,3	3932,0	10188,2	939,1
	F	51,6	70,5	144,6	390,1	914,7	2085,7	7292,2	771,5
	ISM	2,9	2,6	1,9	1,8	1,9	1,9	1,4	1,2
Cuba — 1981	M	120,8	171,2	273,1	545,2	1269,7	3172,0	9145,3	672,7
	F	107,9	117,2	185,1	420,0	907,8	2231,2	7915,0	517,4
	ISM	1,1	1,5	1,5	1,3	1,4	1,4	1,2	1,3
Chile — 1981	M	140,6	223,9	405,7	967,6	1986,4	4691,1	12825,5	728,4
	F	52,8	82,5	182,3	477,2	1040,5	2758,5	9504,4	547,6
	ISM	2,7	2,7	2,2	2,0	1,9	1,7	1,3	1,3
Estado do Rio de Janeiro — 1983	M	200,5	354,1	585,8	1183,4	2490,7	5147,3	13025,0	864,0
	F	65,4	133,7	289,9	936,3	1378,7	3204,2	10366,0	628,8
	ISM	3,1	2,6	2,0	1,3	1,8	1,6	1,3	1,4

* ISM = Índice de sobremortalidade masculina (taxa de mortalidade masculina/taxa de mortalidade feminina)

FONTE: WHO, World Health Statistics Annual, 1985.
SESH, RJ — Arquivo de Obitos, 1983.

TABELA 23

Taxas de mortalidade (por 100000 habitantes) segundo grandes grupos de causas e sexo e índice de sobremortalidade masculina em países selecionados.

LOCAL E ANO	SEXO E ISM*	CAUSAS DE MORTE			
		DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS	NEOPLAMAS	DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO	CAUSAS EXTERNAS
Checoslováquia — 1982	M	5,5	267,3	627,2	100,1
	F	3,9	188,3	648,3	55,3
	ISM	1,4	1,4	1,0	1,8
Alemanha — 1983	M	8,4	273,3	548,7	84,3
	F	6,5	252,3	626,3	51,8
	ISM	1,3	1,1	0,9	1,6
Polônia — 1983	M	17,0	202,8	466,1	110,4
	F	8,2	148,8	471,8	36,1
	ISM	2,1	1,4	1,0	3,1
Japão — 1983	M	12,2	175,8	253,3	68,7
	F	7,4	120,1	248,9	29,2
	ISM	1,6	1,5	1,0	2,4
Estados Unidos — 1982	M	8,8	207,9	437,0	58,4
	F	8,1	168,0	404,1	23,8
	ISM	1,1	1,2	1,1	2,5
Cuba — 1981	M	13,4	130,8	283,7	87,3
	F	12,1	88,7	236,7	46,7
	ISM	1,1	1,5	1,2	1,9
Chile — 1983	M	27,5	104,2	177,4	124,1
	F	18,7	100,7	174,5	33,0
	ISM	1,5	1,0	1,0	3,0
Brasil — 1982	M	55,0	57,3	166,8	94,9
	F	40,0	46,3	139,7	23,0
	ISM	1,4	1,2	1,2	4,1

* ISM = Índice de sobremortalidade masculina. FONTE: World Health Statistics Annual, 1985. SNABS, Ministério da Saúde, Estatística de Mortalidade, Brasil, 1982.

TABELA 24

Índices de sobremortalidade masculina segundo grandes grupos de causas e unidades da Federação. Brasil. 1980.

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	GRUPOS DE CAUSAS				
	DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS	NEOPLASMAS	DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO	CAUSAS EXTERNAS	TODAS AS CAUSAS
Rondônia, Acre, Roraima e Amapá	1,3	1,4	1,5	4,0	1,4
Amazonas	1,2	1,2	1,4	4,2	1,4
Pará	1,3	1,0	1,0	4,3	1,3
Maranhão	1,2	0,9	1,0	3,1	1,3
Piauí	1,4	1,0	1,2	3,4	1,4
Ceará	1,2	1,0	1,1	4,9	1,3
Rio Grande do Norte	1,3	1,1	1,2	4,0	1,4
Paraíba	1,4	0,9	1,2	4,9	1,3
Pernambuco	1,4	1,0	1,1	4,2	1,3
Alagoas	1,3	0,8	1,0	3,9	1,4
Sergipe	1,2	0,9	1,0	4,1	1,3
Bahia	1,3	1,0	1,0	3,2	1,3
Minas Gerais	1,3	1,2	1,1	3,4	1,3
Espírito Santo	1,3	1,3	1,3	4,2	1,4
Rio de Janeiro	1,5	1,2	1,1	4,6	1,4
São Paulo	1,4	1,3	1,2	4,1	1,4
Paraná	1,4	1,4	1,3	3,7	1,4
Santa Catarina	1,3	1,4	1,2	3,9	1,4
Rio Grande do Sul	1,5	1,4	1,1	3,9	1,4
Mato Grosso do Sul	1,1	1,1	1,3	4,2	1,4
Mato Grosso	1,2	1,6	1,4	3,6	1,4
Goiás	1,4	1,1	1,1	3,3	1,4
Distrito Federal	1,5	0,9	1,1	3,9	1,5

FONTE: SNABS, Ministério da Saúde, Estatísticas da Mortalidade , Brasil, 1980.

TABELA 25

Taxas de mortalidade (por 100 000 habitantes) segundo grandes grupos de causa, sexo e idade. Brasil. 1980.

CAUSAS DE ÓBITO	SEXO E ISM*	IDADE					
		20–39	30–39	40–49	50–64	65 e +	TODAS AS IDADES
Doenças Infecciosas e Parasitárias	M	11,9	25,6	49,7	76,1	133,0	67,3
	F	8,3	14,7	24,6	37.1	89,2	49,5
	ISM	1,4	1,7	2,0	2,1	1,5	1,4
Neoplasmas	M	7,8	18,5	70,9	232,1	597,4	56,6
	F	6,7	25,1	73,4	170,6	417,5	46,3
	ISM	1,2	0,7	1,0	1,4	1,4	1,2
Doenças do Aparelho Circulatório	M	17,3	60,4	194,1	580,7	2221,0	171,0
	F	15,4	48,7	126,6	351,9	2071,9	146,6
	ISM	1,1	1,2	1,5	1,7	1,1	1,2
Doenças do Aparelho Respiratório	M	7,5	16,0	33,6	88,3	406,8	56,8
	F	6,3	11,4	20,1	46,6	292,3	43,3
	ISM	1,2	1,4	1,7	1,9	1,4	1,3
Doenças do Aparelho Digestivo	M	9,5	31,5	64,3	95,0	170,4	28,2
	F	5,1	11,8	21,5	38,7	123,9	14,5
	ISM	1,9	2,7	3,0	2,5	1,4	1,9
Causas Externas	M	149,2	144,8	143,5	129,6	151,1	94,4
	F	23,0	24,0	26,0	29,7	77,3	23,8
	ISM	6,5	6,0	5,5	4,4	2,0	4,0
Todas as causas	**M**	**243,7**	**378,3**	**707,2**	**1526,7**	**5147,4**	**729,0**
	F	**203,5**	**204,2**	**391,1**	**884,6**	**4362,8**	**531,5**
	ISM	**2,4**	**1,9**	**1,8**	**1,7**	**1,2**	**1,4**

FONTE: SNABS, Ministério da Saúde, Estatísticas de Mortalidade, Brasil, 1980.
* ISM = Índice de sobremotalidade masculina

TABELA 26

Taxas de mortalidade (por 100 000 habitantes) segundo grandes grupos de causa, sexo e índice de sobremortalidade masculina para indivíduos com 15 anos ou mais de idade. Estado do Rio de Janeiro. 1970 e 1980.

CAUSAS DE ÓBITO	SEXO E ISM*	ANO	
		1970	1980
Doenças Infecciosas e Parasitárias	M	64,9	38,2
	F	32,9	17,3
	ISM	2,0	2,2
Neoplasmas	M	124,6	139,9
	F	101,7	116,2
	ISM	1,2	1,2
Doenças do Aparelho Circulatório	M	433,1	450,5
	F	331,0	387,6
	ISM	1,3	1,2
Causas Externas	M	156,1	226,4
	F	51,9	42,5
	ISM	3,0	5,3
Complicações de Gravidez, Parto e Puerpério	F	8,7	6,2
Todas as causas	**M**	**1052,6**	**1113,8**
	F	**757,3**	**764,5**
	ISM	**1,4**	**1,5**

FONTE: FIDERJ, Estado do Rio de Janeiro, Estatísticas do Sistema de Saúde, SNABS, Ministério da Saúde — Estatísticas de Mortalidade, Brasil, 1980.

TABELA 27 Taxas de mortalidade (por 100 000 mulheres de 15 - 49 anos) por complicações da gravidez, parto e puerpério segundo as unidades da Federação. 1979 a 1982:

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANO DE ÓBITO			
	1979	1980	1981	1982
Rondônia	18,5	16,4	13,4	9,6
Acre	8,5	2,7	9,2	6,4
Amazonas	5,3	8,9	8,5	7,0
Roraima	11,2	2,6	9,9	11,6
Pará	11,7	12,8	10,8	8,6
Amapá	15,5	5,7	4,4	7,3
Maranhã	4,0	3,5	4,1	5,4
Piauí	3,3	4,5	4,0	3,9
Ceará	1,8	1,9	2,8	1,7
Rio Grande do Norte	1,1	2,4	2,8	2,2
Paraíba	2,4	3,9	3,8	2,7
Pernambuco	6,5	5,8	5,2	5,5
Alagoas	6,1	5,1	5,9	5,4
Sergipe	7,2	8,6	6,7	5,2
Bahia	3,0	3,0	2,5	2,5
Minas Gerais	5,0	4,9	4,9	4,0
Espírito Santo	4,2	3,8	4,8	4,7
Rio de Janeiro	5,2	4,3	3,9	3,4
São Paulo	3,7	3,2	3,0	2,8
Paraná	5,4	5,5	5,1	4,4
Santa Catarina	2,2	2,3	1,9	1,9
Rio Grande do Sul	3,8	2,9	3,1	2,7
Mato Grosso do Sul	5,2	7,4	5,9	5,2
Mato Grosso	3,8	1,8	2,1	2,8
Goiás	4,9	4,5	6,0	3,9
Distrito Federal	3,2	3,3	4,0	2,4
BRASIL	**4,5**	**4,3**	**4,1**	**3,6**

FONTE: SNABS, Ministério da Saúde, Estatísticas de Mortalidade, 1980.

FIOCRUZ

dados

10

radis
REUNIÃO, ANÁLISE E DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE SAÚDE

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ • MANGUINHOS

ANO IV • OUTUBRO • 1986

A MULHER BRASILEIRA

Estatísticas de Saúde

Subordinados aos propósitos do Projeto RADIS, trazemos este número de DADOS com a perspectiva de divulgar as tendências das magnitudes de alguns índices vitais relativos à mulher brasileira, na presente situação de acentuado declínio da fecundidade e substantivo aumento da participação feminina na força de trabalho.

Entendendo a saúde como resultado das formas de organização social da produção, destacaremos, em um primeiro momento, indicadores capazes de refletir, pelo menos em parte, distintos níveis de condições de renda, trabalho, emprego e acesso das mulheres aos serviços de saúde, entre outros. Após essa rápida apreciação dos chamados indicadores sócio-econômicos, discutiremos, em um segundo item, as principais características de mortalidade feminina, recorrendo-se, na maioria das vezes, aos diferenciais por sexo.

Ulteriormente, correlações estatísticas entre os indicadores sócio-econômicos e os indicadores de mortalidade serão estabelecidas de acordo com um procedimento estatístico que se propõe a, de maneira simples e não tanto simplificadora, identificar relações de interdependência entre os dois conjuntos de variáveis.

Célia Landmann Szwarcwald
Euclides Ayres de Castilho

JÁ SAIU! "Brasil: Indicadores de Mortalidade"
CIS - Centro de Informação para a Saúde / FIOCRUZ
• 1986 •

TABELA 29

Mortalidade proporcional (%) entre mulheres segundo localização primária da causa neoplásica do óbito e unidades da Federação. Brasil. 1980.

UNIDADES DE FEDERAÇÃO	LOCALIZAÇÃO DO TUMOR				
	ESTÔMAGO	PULMÃO	MAMA	ÚTERO	OUTRAS
Rondônia, Acre, Roraima e Amapá	15,7	7,9	3,4	25,8	47,2
Amazonas	9,7	6,0	8,1	30,8	45,4
Pará	13,4	4,9	10,3	31,9	39,6
Maranhão	5,2	4,6	7,5	36,2	46,6
Piauí	5,6	1,9	12,0	25,9	54,6
Ceará	11,8	4,4	13,3	18,6	51,9
Rio Grande do Norte	12,8	4,9	9,7	22,0	50,7
Paraíba	5,7	3,2	12,4	21,6	57,1
Pernambuco	4,5	4,2	16,3	26,1	48,9
Alagoas	4,9	5,3	12,5	30,2	47,2
Sergipe	7,5	7,5	14,4	21,2	49,3
Bahia	10,7	4,6	13,1	18,8	52,8
Minas Gerais	13,1	4,5	11,6	13,9	56,9
Espírito Santo	11,5	9,2	12,4	12,1	54,8
Rio de Janeiro	10,3	6,3	16,9	12,1	54,4
São Paulo	12,1	6,0	14,4	13,5	54,0
Paraná	12,0	6,2	10,2	13,6	58,1
Santa Catarina	11,6	6,3	13,3	13,1	55,8
Rio Grande do Sul	8,1	6,0	13,3	12,7	59,9
Mato Grosso do Sul	10,8	5,2	8,8	20,8	54,3
Mato Grosso	11,8	4,4	11,8	13,2	58,8
Goiás	9,4	5,3	9,2	25,2	50,9
Distrito Federal	8,2	4,3	11,0	18,1	58,5
BRASIL	**10,8**	**5,7**	**13,6**	**15,2**	**54,8**

FONTE: SNABS, Ministério da Saúde, Estatísticas de Mortalidade, Brasil, 1980.
* Colo do útero, outras localizações e as não especificadas.

TABELA 30

Taxas de mortalidade por principais doenças do aparelho circulatório segundo sexo, idade e índice de sobremortalidade masculina. Brasil. 1980.

DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO	SEXO E ÍNDICE	IDADE				TODAS AS IDADES
		30–39	40–49	50–64	65 e +	
Febre Reumática e Doença Reumática do Coração	M	1,4	2,3	2,4	4,1	1,3
	F	2,4	3,6	3,8	4,8	1,7
	ISM	0,6	0,6	0,6	0,9	0,9
Doença Hipertensiva	M	4,9	14,5	38,6	121,1	10,4
	F	5,1	13,1	31,3	137,1	10,9
	ISM	1,0	1,1	1,2	0,9	1,0
Doenças Isquêmicas do Coração	M	16,2	66,9	209,5	656,4	53,1
	F	6,7	24,3	89,8	547,0	35,7
	ISM	2,4	2,8	2,3	1,2	1,5
Infarto Agudo do Miocárdio	M	14,8	60,7	174,6	436,7	40,3
	F	6,0	20,7	68,0	300,4	22,2
	ISM	2,5	2,9	2,6	1,5	1,8
Doenças da Circulação Pulmonar e Outra Forma de Doença do Coração	M	17,1	44,9	131,5	555,2	43,2
	F	16,1	33,8	88,4	516,9	39,0
	ISM	1,1	1,3	1,5	1,1	1,1
Doença Cerebro-vascular	M	18,4	60,2	180,9	737,6	54,4
	F	16,9	48,9	128,6	701,1	50,3
	ISM	1,1	1,2	1,4	1,1	1,1
Outras Doenças do Aparelho Circulatório	M	2,4	5,4	17,7	147,0	8,6
	F	1,5	3,1	10,0	165,0	9,0
	ISM	1,6	1,7	1,8	0,9	1,0
Todas as Doenças do Aparelho Circulatório	**M**	**60,4**	**194,1**	**580,7**	**2221,0**	**171,0**
	F	**48,7**	**126,6**	**351,9**	**2971,9**	**146,6**
	ISM	**1,2**	**1,5**	**1,7**	**1,1**	**1,2**

FONTE: SNABS, Ministério da Saúde, Estatísticas de Mortalidade, Brasil, 1980.

TABELA 7

Percentual (%) de indivíduos (10 anos ou mais) economicamente ativos segundo anos de instrução e sexo. Brasil. 1980.

ANOS DE INSTRUÇÃO	SEXO	
	MASCULINO	FEMININO
Sem instrução ou menos de 1 ano	72,4	17,8
1–4	71,3	23,2
5–8	68,9	30,0
9–11	79,7	50,8
12–16	86,0	70,8
17 e mais	93,3	80,9
TOTAL	**72,4**	**26,6**

FONTE: FIBGE, Censo Demográfico, Brasil, 1980.

TABELA 8

Percentual (%) de indivíduos (10 ou mais) economicamente ativos com rendimento médio mensal até um salário mínimo segundo sexo e unidades da Federação. Brasil. 1980.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	SEXO		RAZÃO (B/A)
	MASCULINO (A)	FEMININO (B)	
Rondônia, Acre, Roraima e Amapá	37,0	51,7	1,4
Amazonas	30,7	47,0	1,5
Pará	34,3	69,1	2,0
Maranhão	66,1	88,8	1,3
Piauí	76,0	81,7	1,1
Ceará	66,4	78,0	1,2
Rio Grande do Norte	63,6	76,0	1,2
Paraíba	69,2	79,7	1,2
Pernambuco	57,8	72,4	1,3
Alagoas	65,0	82,4	1,3
Sergipe	55,6	76,5	1,4
Bahia	52,6	72,8	1,4
Minas Gerais	36,4	57,8	1,6
Espírito Santo	36,1	60,2	1,7
Rio de Janeiro	14,5	32,0	2,2
São Paulo	14,0	29,2	2,1
Paraná	36,7	59,1	1,6
Santa Catarina	25,5	46,2	1,8
Rio Grande do Sul	25,8	42,3	1,6
Mato Grosso do Sul	32,4	60,7	1,9
Mato Grosso	33,8	57,5	1,7
Goiás	36,8	64,5	1,8
Distrito Federal	12,3	33,1	2,7
BRASIL	**34,3**	**51,1**	**1,5**

FONTE: FIBGE, Tabulações Avançadas do Censo Demográfico, 1980.

doenças do aparelho circulatório entre os sexos.

A representação das unidades federadas no plano cartesiano formado pelos dois primeiros componentes pode ser vista no gráfico 3. Os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste estão localizados do lado direito, como esperado, indicando menor nível de urbanização. Nítida divisão é encontrada quando o outro componente é também considerado. Deste modo, vemos que todos os estados do Nordeste, estão localizados acima do eixo horizontal, mostrando que neta região são encontradas grandes proporções de mulheres separadas e desempenhando o papel de chefe-de-família. Ressalta-se ainda, que o Estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal são as únicas unidades da Federação situadas no quadrante representativo de "alto nível de urbanização" e grande frequência de mulheres chefes-de-famílias.

Considerando os demais componentes principais, temos o fator 3 — denominado de IDADE-DA-POPULAÇÃO — por apresentar pesos grandes nos indicadores referentes à estrutura etária da população. Em virtude do maior peso positivo referir-se a variável "proporção de mulheres idosas" e, por outro lado, ao "ISM por todas as causas", corresponder pesos negativos de -0,5, deduz-se que quanto maior a proporção de idosas, menor é a razão entre as taxas de mortalidade para os dois sexos. Por sinal, as expressões numéricas dos pesos correspondentes ao "ISM por todas as causas" são da mesma magnitude nos dois componentes anteriores, como esperado.

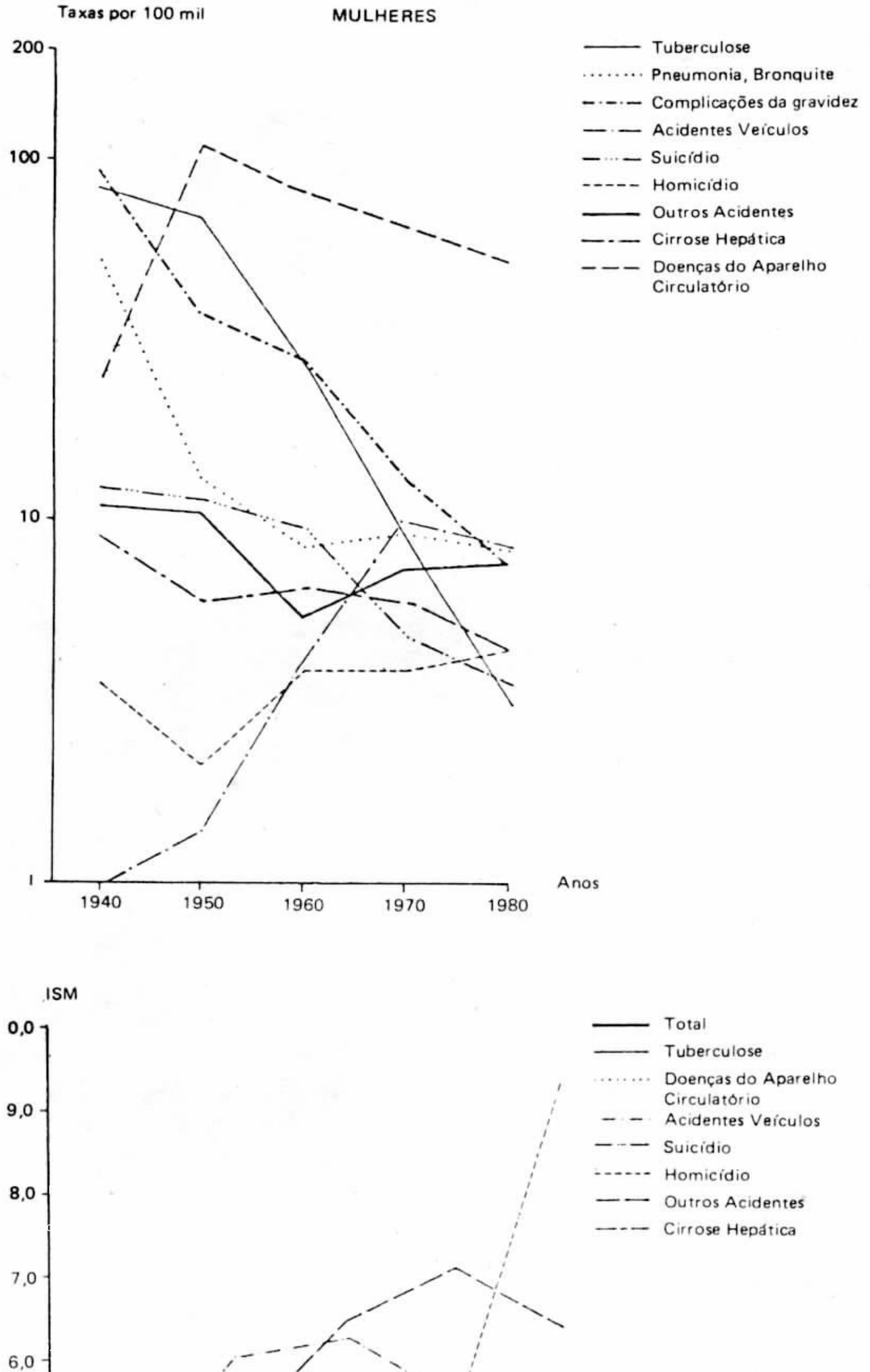
O quarto fator foi chamado de — SETOR-DE-ATIVIDADE-DA-MULHER —, por possuir em um extremo as atividades do setor primário da produção e, no outro, as atividades de prestação de serviços. Vale destacar que o indicador do diferencial de fecundidade (entre 1980 e 1970) está positivamente associado com as atividades de prestação de serviços.

O ÍNDICE DE SOBREMORTALIDADE MASCULINA POR CAUSAS EXTERNAS é o único indicador com peso grande no 5º componente, e por isto, o fator foi denominado com a mesma designação do índice. O aparecimento isolado desta variável no 5º fator, significa uma ausência de correlação deste indicador com os outros considerados. Isto está a indicar que o excesso de mortalidade masculina por causas externas, nas unidades federadas do Brasil, se processa independentemente dos contextos sócio-demográficos e dos demais padrões de mortalidade.

Nossas palavras finais vão no sentido de insistir que os dados — valores quantitativos obtidos para caracterizar circunstâncias ou fatos — aqui apresentados, sejam tratados como tal ou, no máximo, como proporcionadores de elementos para compreensão, isto é, que não sejam vistos como informações capazes de apreenderem, por si, a determinação dos fatos.

GRÁFICO 1

Taxas de mortalidade feminina e índice de sobremortalidade masculina segundo causas selecionadas no grupo etário 25 a 44 anos. Estado de São Paulo. 1940–



Fonte: **Ortiz L.P.**, Yazaki L.M. — Aumento do diferencial por sexo **da mortalidade** no Estado **de São Paulo** — Rev. Brasileira Estudos Populacionais, Campinas, **v. 1, n 1/2, 1984**.

TABELA 31

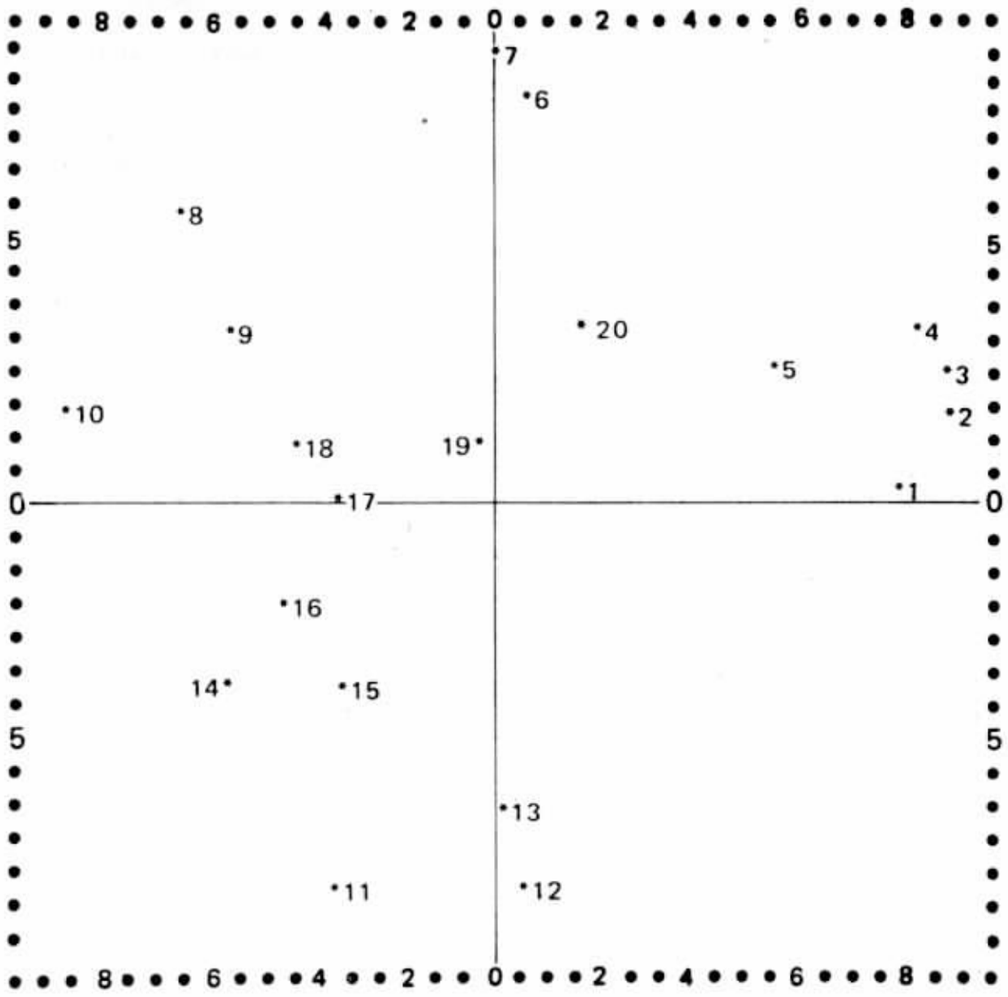
Resultados da análise de componentes principais: pesos das variáveis originais nas componentes, após rotação

VARIÁVEL	FATOR 1	FATOR 2	FATOR 3	FATOR 4	FATOR 5
Proporção de mulheres de 15 anos e menos	**0,8**	−0,0	−0,5	−0,3	0,1
Proporção de mulheres de 50 a 64 anos	−0,4	0,1	**0,9**	−0,1	0,1
Proporção de mulheres de 65 anos e mais	0,1	0,3	**0,9**	−0,1	0,2
Proporção de mulheres casadas	0,0	**−0,8**	−0,5	−0,0	−0,1
Proporção de mulheres separadas	0,0	**0,9**	−0,1	−0,0	0,1
Proporção de mulheres analfabetas**	**0,9**	0,3	0,0	−0,2	−0,0
Proporção de mulheres E.A.***	**−0,7**	0,6	0,3	−0,2	−0,0
Proporção de mulheres E.A. com rendimento mensal até um salário mínimo	**0,9**	0,2	0,2	−0,1	−0,2
Proporção de mulheres E.A. no setor primário da produção	0,5	0,2	0,1	**−0,7**	−0,4
Proporção de mulheres E.A. no setor secundário da produção	−0,4	−0,2	0,4	−0,4	0,5
Proporção de mulheres E.A. na prestação de serviços	−0,3	−0,0	−0,1	**0,9**	−0,1
Proporção de famílias chefiadas por mulheres	0,1	**0,9**	0,4	−0,1	0,0
Taxa de fecundidade total — 1980	**0,9**	0,2	−0,2	−0,3	0,1
Declínio relativo da fecundidade (1970 e 1980)	−0,4	−0,4	−0,0	0,6	0,2
ISM* por doenças infecciosas e parasitárias	−0,6	0,3	0,3	0,2	−0,2
ISM por neoplasmas	−0,3	**−0,9**	−0,0	0,1	0,0
ISM por doenças do aparelho circulatório	−0,0	−0,6	−0,4	0,2	0,4
ISM por causas externas	−0,1	0,1	0,2	0,1	**0,9**
ISM por todas as causas	−0,6	−0,4	−0,5	0,2	−0,0
PROPORÇÃO ACUMULADA DA VARIÂNCIA	**36,2**	**64,5**	**75,0**	**81,8**	**87,0**

* ISM = Índice de sobremortalidade masculina; ** Incluídas as com menos de um ano de instrução; *** E.A. = Economicamente ativas

GRÁFICO 2

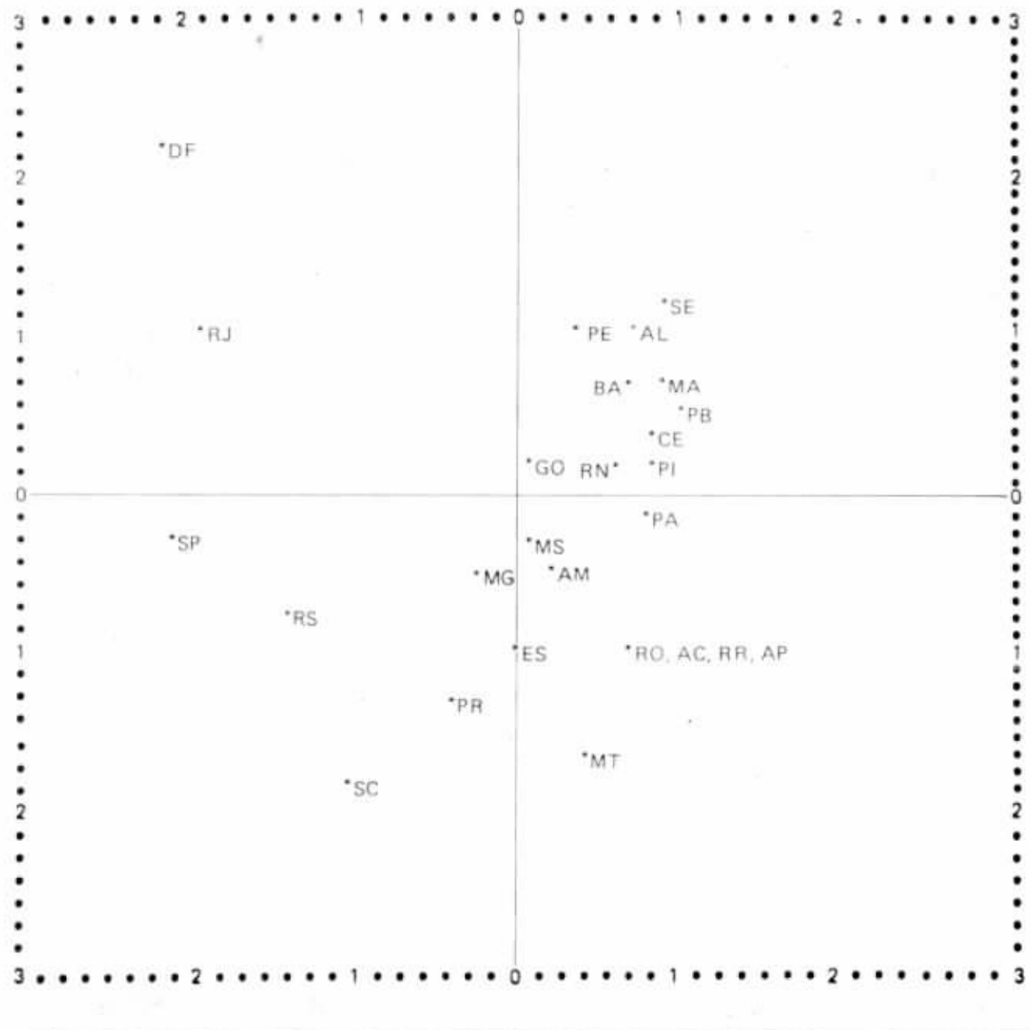
Resultados da análise de componentes principais: representação gráfica das variáveis no plano cartesiano formado pelos eixos 1 – URBANIZAÇÃO (horizontal) e 2 – MULHER-CHEFE-DE-FAMÍLIA (vertical). Brasil. 1980.



1 = Proporção de mulheres de 15 anos ou menos
2 = Taxa de fecundidade total 1980
3 = Proporção de mulheres com rendimento mensal até um salário mínimo
4 = Proporção de mulheres analfabetas
5 = Proporção de mulheres e.a. no setor primário da produção
6 = Proporção de mulheres separadas
7 = Proporção de mulheres chefes de família
8 = Proporção de mulheres economicamente ativas
9 = ISM por doenças infecciosas e parasitárias
10 = Proporção de mulheres que vivem em área urbana
11 = ISM por neoplasmas
12 = Proporção de mulheres casadas
13 = ISM por doenças do aparelho circulatório
14 = ISM por todas as causas
15 = Declínio relativo da fecundidade
16 = Proporção de mulheres e.a. no setor secundário da produção
17 = Proporção de mulheres e.a. na prestação de serviços
18 = Proporção de mulheres de 50 a 64 anos
19 = ISM por causas externas
20 = Proporção de mulheres de 65 anos ou mais

GRÁFICO 3

Resultados da análise de componentes principais: representação gráfica das unidades da Federação no plano formado pelos eixos 1 – URBANIZAÇÃO – (horizontal) e 2 – MULHER-CHEFE-DE-FAMÍLIA (vertical). Brasil. 1980.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. BENFAM – Pesquisa sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar – estados do Amazonas (1982), Piauí (1982), Rio Grande do Norte (1980), Paraíba (1980), Bahia (1980) e Região Sul (1981).
2. COSTA S.H. e MARTINS I.R. – Informação pessoal.
3. FIBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Brasil, anos de 1976 a 1979 e 1981 a 1984.
4. FIBGE – IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980 – Brasil, 1983.
5. FIDERJ – Estado do Rio de Janeiro: Estatísticas do Sistema de Saúde – Rio de Janeiro, 1977.
6. MENDES M.M.S., PEREIRA N.O.M., DIAS V.R. de S. – Avaliação dos Níveis e Tendências da Fecundidade Através de Modelos de Mensuração Indireta – Anais Quarto Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 1984.
7. ORTIZ L.P., YAZAKI L.M. – Aumento do Diferencial por Sexo da Mortalidade no Estado de São Paulo – Rev. Brasileira Estudos Populacionais, Campinas, v. 1, n. 1/2, 1984.
8. PUFFER R.R. e GRIFFIT G.W. – Informe de la Investigación Interamericana de Mortalidad – OPAS, Publicación Científica, nº 151, 1968.
9. RINDFUSS R.R., LADINSKY, J.L. et al – Convenience and the Occurrence of Births: Induction of Labor in the United States and Canada – in FEE, E. – The Politics of Sex in Medicine – Baywood Publishing Company, Inc., N.Y., 1983.
10. SIQUEIRA A.A.F. de, TANAKA A.C. d'A. et al – Mortalidade Materna no Brasil, 1980 – Rev. Saúde Pública, São Paulo, nº 18, 1984.
11. SNABS, MINISTÉRIO DA SAÚDE – Estatísticas de Mortalidade – Brasil, anos de 1979 a 1982.
12. THOMÉ A.M.T., RODRIGUES W. et al – Prática Contraceptiva Atual em Alguns Estados Brasileiros – Anais Terceiro Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 1983.
13. WHO – World Health Statistics Annual – 1985.
14. YASAKI L.M. e ORTIZ L.P. – Estudo da Mortalidade por Causas nas Regiões Brasileiras com Base no Registro Civil, Tábuas de Múltiplo Decremento, 1979/1980 – Anais Quarto Encontro Nacional Estudos Populacionais, ABEP, 1984.

radis
REUNIÃO, ANÁLISE E DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE SAÚDE
dados

RADIS – Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde

Projeto desenvolvido pela Escola nacional de Saúde Pública e pelo Centro de Informações para a Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, em colaboração com o INAMPS. **Conselho Editorial:** Célia M. de Almeida (Coordenadora do Radis/Representante da Presidência da FIOCRUZ); Paulo Buss (ENSP/ABRASCO); Sergio Goes de Paula (Centro de Informação em Saúde da FIOCRUZ); Eliana Labra (CEBES); Ralph Viana (Editor do RADIS); Celia L. Szwarcwald (Coordenadora do DADOS). **Coordenação do Projeto RADIS:** Célia M. de Almeida.
DADOS *é uma publicação do Projeto* **RADIS,** *preparada pelo* Centro de Informação para a Saúde *da Fundação Oswaldo Cruz, sob a coordenação de* Célia Landmann Szwarcwald. *A computação dos dados foi feita no* Laboratório de Computação Científica do CNPq.

PROJETO RADIS – Editor: Ralph Viana; **Texto:** Caco Xavier; **Externas:** Janine Cardoso; **Arte:** Victor Ebraico; **Secretaria:** Tania Christini Viana; **Clip:** Simone Oliveira.
Elaboração deste número: Célia Landmann Szwarcwald e Euclides Ayres de Castilho. *Permite-se a transcrição, desde que citada a fonte. As opiniões expressas em DADOS não representam necessariamente a posição oficial da instituição.*
Tiragem: *50.000 exemplares;* **Distribuição:** Direta, via correios, para profissionais e estudantes da área de saúde. **Composição:** Robertom/Serthel; **Fotolitos e Impressão:** Impressora.
Assinatura – Em conjunto com SÚMULA e TEMA: Cz$ 50,00 (Assinatura Anual). DADOS/RADIS: Rua Leopoldo Bulhões, 1480/1º andar. Rio de Janeiro – CEP 21041.